

Desigualdades de gênero no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre

Os mecanismos discriminatórios que acompanham a inserção das mulheres na sociedade, assentados numa relação social desigual e hierarquizada entre os sexos, foram transferidos para as relações de trabalho concomitantemente ao crescente avanço da presença feminina na força de trabalho. O processo de construção do sujeito feminino trabalhador é marcado, desde sua origem, pelas características de submissão e de dependência em relação aos homens. Esses valores culturais tradicionais mantêm seus efeitos na inserção ocupacional das mulheres, resultando em maior exposição ao desemprego, maior tempo de procura por trabalho, inserção majoritária em ocupações com menores possibilidades de carreira e com menor *status*, menor tempo de permanência no posto de trabalho e rendimentos médios reais inferiores aos dos homens.

As desigualdades sociais e os mecanismos que as geram subsistem com tal tenacidade que sua superação vem dando-se muito lentamente, demandando um esforço permanente de monitoramento e de intervenção. No enfrentamento dessa questão, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao desenvolver o conceito de trabalho decente, estabeleceu uma agenda internacional, à qual o Brasil aderiu em 2006, objetivando metas e mecanismos de eliminação do déficit de trabalho decente nos países signatários.

Segundo a OIT,

[...] por trabalho decente entende-se um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, seguridade e dignidade humana¹.

A noção de igualdade é, portanto, um elemento central na Agenda de Trabalho Decente e, ainda conforme a OIT,

[...] para atingir esse objetivo, deve-se dar uma especial atenção às mulheres trabalhadoras, já que estas se encontram em desvantagem em muitos aspectos.

O presente texto propõe-se a observar o comportamento de indicadores do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) sob o enfoque da equidade de gênero no período de 1993 a 2012, décadas marcadas por conjunturas muito diversas — de reestruturação da economia e precarização da inserção laboral nos anos 90, e de crescimento econômico e (re)estruturação do mer-

cado de trabalho a partir de 2000. A base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) constitui a fonte das informações.

Ao encerrar o século XX, em que pesem muitos avanços e a expressiva presença das mulheres no mercado de trabalho, praticamente todos os indicadores do mercado de trabalho ainda expressavam uma inserção laboral feminina em clara desvantagem frente à força de trabalho masculina. Inclusive, nos anos 90, os efeitos nocivos do processo de precarização do mercado de trabalho recaíram de forma especial sobre a mão de obra feminina, ampliando sua participação no contingente de trabalhadores desempregados e sua inserção em ocupações a descoberto dos padrões vigentes de proteção legal e previdenciária.

A partir de 2000, o mercado de trabalho regional refletiu os resultados positivos da economia nacional, principalmente no que tange à geração de ocupações e conseqüente redução dos níveis de desemprego. O nível ocupacional cresceu 23,3% entre 2000 e 2012, e o desemprego diminuiu 53,5%, situando-se no menor patamar da série histórica anual da PED-RMPA, com a taxa de 7,0% em 2012. O rendimento médio real dos ocupados teve uma elevação de 2,3% no período, atingindo R\$ 1.340 no último ano. Esses resultados, quando observados sob a ótica de gênero, desvendam realidades diversas para homens e mulheres, com resultado mais favorável às mulheres em alguns indicadores, reduzindo os níveis de desigualdade. Em outros, todavia, as diferenças acentuaram-se.

Por exemplo, a taxa de participação feminina — percentual da população em idade de trabalhar que se encontra de fato engajada no mercado de trabalho na condição de ocupada ou desempregada —, que havia crescido em relação ao início da série em estudo, teve um recuo, embora menor que o observado na taxa masculina, o que permitiu o estreitamento do hiato entre ambas. Esse indicador passou de 44,5% da População em Idade Ativa (PIA) feminina em 1993 para 49,7% em 2000, para então recuar para 49,4% em 2012. A taxa masculina vem mostrando recuo desde o início do período estudado: em 1993, essa taxa era de 70,7% da PIA masculina, encerrou os anos 90 com 69,8%, reduzindo-se ainda mais a partir de 2000 (65,7% em 2012). Como resultado, a diferença de engajamento no mercado de trabalho, que, em 1993, era 37,1% menor para as mulheres em relação aos homens, passou a ser de -24,8% em 2012.

¹ Trabajo decente y equidad de género en América Latina. ABRAMO, Lais (Editora). Santiago: OIT, 2006.

A taxa de ocupação refletiu a piora do mercado de trabalho para ambos os sexos nos anos 90, com efeitos mais intensos sobre a PEA feminina. Dessa forma, a razão entre as taxas, que era de -4,0% para as mulheres em 1993, aumentou para -6,3% em 2000. No período seguinte, em decorrência da retomada do crescimento ocupacional, esse indicador aumentou tanto para homens como para mulheres. A taxa de ocupação feminina passou de 80,4% da PEA feminina em 2000 para 91,8% em 2012, enquanto a dos homens passou de 85,8% para 94,0% da PEA masculina no mesmo período. Com isso, a diferença entre as taxas de ocupação diminuiu para -2,3% em 2012.

Associado à expansão ocupacional, o crescimento do tempo médio de permanência no posto de trabalho foi um dos aspectos positivos a partir de 2000, como garantia de maior estabilidade laboral. Embora observado tanto entre os homens como entre as mulheres, o incremento nesse indicador foi maior para os homens: em 2000, era de 66 meses para os homens e de 60 para as mulheres, ampliando-se para 82 e 69 meses, respectivamente, em 2012. Em decorrência, a diferença relativa entre os sexos diminuiu, passando de -15,2% em 2000 para -13,3% em 2012.

O desemprego, por sua vez, viveu uma intensa trajetória de crescimento nos anos 90, atingindo taxas muito elevadas (14,2% para os homens e 19,6% para as mulheres em 2000). No período que se segue, o crescimento ocupacional, sustentado principalmente pela geração de empregos assalariados regulamentados, permitiu uma trajetória de redução das taxas de desemprego, trazendo-as aos menores patamares de toda a série. Esse movimento afetou de forma especial as mulheres, embora essas venham mantendo-se como maioria en-

tre os desempregados. A taxa de desemprego feminina passou de 19,6% da respectiva PEA em 2000 para 8,2% em 2012. A taxa masculina, por sua vez, passou de 14,2% em 2000 para os 6,0% verificados em 2012. Esses movimentos permitiram reduzir o diferencial existente entre as taxas: a feminina era 38,0% maior que a dos homens em 2000 e passou a ser 36,7% maior em 2012.

Por fim, cabe examinar um dos indicadores mais expressivos dos processos discriminatórios na inserção laboral, qual seja, o rendimento do trabalho. Embora seja dos indicadores que mais lentamente tem reduzido os níveis de desigualdade, o rendimento do trabalho, comparação entre 2000 e 2012, cresceu apenas para as mulheres, diminuindo para os homens. Como consequência, o diferencial de rendimento entre os sexos diminuiu. Em 2000, as mulheres percebiam rendimentos 31,7% menores do que o dos homens (com valores de R\$ 1.773 para os homens e R\$ 1.204 para as mulheres). Com a evolução desse indicador no período mais recente, em 2012 o rendimento auferido pelas mulheres era 26,1% menor que o dos homens (R\$ 1.776 para os homens e R\$ 1.313 para as mulheres).

As informações analisadas revelam alguns avanços importantes, especialmente no que tange à ampliação da ocupação feminina e à redução do diferencial de rendimentos entre homens e mulheres. No entanto, a conjuntura de crescimento econômico e de (re)estruturação do mercado de trabalho não foi capaz de garantir uma efetiva promoção da equidade de gênero no espaço laboral, haja vista a permanência de níveis ainda elevados de desigualdade, especialmente expressos nas taxas de desemprego, no tempo médio de permanência na ocupação e, inclusive, nos rendimentos.

Taxa de participação e de desemprego, taxa de ocupação, tempo médio de permanência no trabalho e rendimento médio real, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993, 2000 e 2012

INDICADORES	1993			2000			2012		
	Homens	Mulheres	Diferença Relativa	Homens	Mulheres	Diferença Relativa	Homens	Mulheres	Diferença Relativa
Taxa de participação (%)	70,7	44,5	-37,1	69,8	49,7	-28,2	65,7	49,4	-24,8
Taxa de desemprego (%)	10,7	14,3	33,6	14,2	19,6	38,0	6,0	8,2	36,7
Taxa de ocupação (%)	89,3	85,7	-4,0	85,8	80,4	-6,3	94,0	91,8	-2,3
Tempo de permanência no trabalho (meses)	66	56	-15,2	66	60,0	-9,0	83	72	-13,3
Rendimento médio real (R\$)	1.642	1.072	-34,7	1.773	1.204	-31,7	1.776	1.313	-26,1

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de nov./12.

Irene Galeazzi
Socióloga, Pesquisadora da FGTAS